

**FACULDADE DO MEDIO PARNAIBA – FAMEP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

VALDIANE DE ALEXANDRE PONTES

**A INFLUÊNCIA DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO
ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA ALMADA LIMA FILHO,
DO SEXTO (6º) ANO, TURNO VESPERTINO, DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

CHAPADINHA-MA

2017

VALDIANE DE ALEXANDRE PONTES

A INFLUÊNCIA DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA ALMADA LIMA FILHO, DO SEXTO (6º) ANO, TURNO VESPERTINO, DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Monografia exigida como requisito parcial para obtenção do certificado de conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física pela Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP.

CHAPADINHA-MA

2017

VALDIANE DE ALEXANDRE PONTES

A INFLUÊNCIA DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA ALMADA LIMA FILHO, DO SEXTO (6º) ANO, TURNO VESPERTINO, DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Monografia apresentado a Banca Examinadora da Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP como requisito parcial para obtenção do título de Graduado (a) em Educação física.

BANCA EXAMINADORA

Professor (a)

Professor (a)

Professor (a)

Aprovado (a) no dia ----- de ----- 2017

RESUMO

A educação física no Ensino Fundamental procura ajudar o educando em seu desenvolvimento motor, suas aptidões e desenvolturas físicas. É necessário encarar

esta área de conhecimento como uma área que tem sua ocasião certa e necessita ser respeitada. É comum deparar-se nas instituições escolares com a falta de educador específico nesse campo aplicando os exercícios e orientando os alunos.

O espaço escolar em geral deve assegurar ao aluno sua participação em aulas que lhe possibilite auxílios para o seu desenvolvimento e aprendizagem, dando apoio e apoio ao educador dessa área de ensino para que este desempenhe seu papel de maneira a oportunizar ao aluno experimentar o máximo de gestos e movimentos, avaliando o desenvolvimento de suas desenvolturas e competências físicas, sensoriais, motoras, e afetivas. É evidente que em muitas escolas ocorra à substituição do educador graduado em educação física por profissionais com desenvolturas e manifestações em campos de saber parecidos e mesmo professores não capacitados ocupando o espaço para cobrir a ausência do professor de educação física. Isso pode acarretar consequências graves aos alunos, que participaram de exercícios na maioria das vezes não fundamentados em desígnios e significados, acontecerá falta do teor direcionado a área de conhecimento, usando esse tempo como mero passatempo e recreação e deixando de corresponder as particularidades, até mesmo saltando etapas necessárias para que o aluno cresça ampliando e abusando de todas as possibilidades de movimento. Para que o desenvolvimento do sujeito bem como a sua qualidade no aprendizado aconteça faz-se necessário que faça parte do corpo docente da escola este profissional qualificado. Para debater tais assuntos, partiu-se de uma pesquisa teórico, bibliográfica sendo em seguida aplicados questionários com perguntas semiestruturadas direcionadas ao professor e alunos

Palavras-chave: Educação Física. Formação. .Ensino Fundamental...

ABSTRACT

Physical education in Elementary Education seeks to assist the learner in their motor development, their fitness and physical abilities. It is necessary to face this area of knowledge as an area that has its right occasion and needs to be respected. It is common to find in the educational institutions with the lack of specific educator in this field applying the exercises and guiding the students. The school space in general must assure to the student his participation in classes that allow him to aid in his development and learning, giving support and support to the educator of this area of education so that this one plays its role of way to give to the student to try the maximum of gestures and movements, endorsing the development of their physical, sensorial, motor, and affective abilities. It is evident that in many schools the substitution of the educator graduated in physical education by professionals with complexities and manifestations in similar fields of knowledge and even untrained teachers occupying the space to cover the absence of the professor of physical education occurs. This can have serious consequences for the students, who participated in exercises most of the times not based on design and meaning, will happen lack of content directed to the area of knowledge, using this time as a mere hobby and recreation and failing to match the particularities, even skipping steps necessary for the student to grow expanding and abusing all the odds of movement. In order for the development of the subject as well as his quality in learning to happen, it is necessary that this qualified professional be part of the teaching staff of the school. To discuss such subjects, a theoretical and bibliographical research was started, followed by questionnaires with semistructured questions directed to the teacher and students

Keywords: Physical Education. Formation. .Elementary School.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
2.RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	11
3.O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	16
4.A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	22
5.O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA RELAÇÃO COM O ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL	26
6.CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM	29
7.FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	33
7.1 Educar para a vida social.....	35
8.METODOLOGIA	38
8.1Tipo de pesquisa.....	38
8.2 Universo e amostra.....	39
8. 3 Instrumentos de coleta de dados.....	39
8.4Caracterização da escola campo	39
8.5 Análise e discussão dos dados coletados	40
8.5.1 O que o pensam sobre à atuação do Professor de Educação Física no contexto escolar:	42
8.5.2 O que o pensam os alunos com a Educação Física no contexto escolar:	44
9.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	50

A persistência é o caminho do êxito.

Charles Chaplin

1.INTRODUÇÃO

Compreende-se a Educação Física um componente curricular de suma importância para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos considerando que esta área procura auxiliar o estudante na ampliação de suas aptidões e desenvolvimentos físicos e ainda de seu desenvolvimento motor a fim de que estes possam se adaptar as necessidades cotidianas de maneira saudável.

Atualmente a área de Educação Física revela que ela é parte fundamental no processo de ensino e aprendizagem, considerando que esta área possibilita uma aprendizagem mobilizadora em todos os aspectos globais do aluno. Nesse sentido, precisa-se ter clara compreensão de que a Educação Física é muito mais do que um simples ensino de esporte, pois ela é muito mais abrangente do que isso, levando em conta que na prática o aluno aprende inúmeros conceitos necessários à sua formação enquanto sujeito crítico e participativo da vida em sociedade.

Entende-se que a Educação Física integra um ensino de desenvolvimento, que valoriza os conhecimentos prévios dos alunos sistematizando-os e associando-os a um ensino de preparação para a vida social.

Sabe-se que, infelizmente a educação física não é realizada com a carecida relevância. Em alguns espaços as aulas se limitam somente a algumas brincadeiras de pular cordas e jogar bola, negando o seu verdadeiro valor educativo.

Vale ressaltar que, a Educação Física é um componente curricular obrigatório e essencial no desenvolvimento cognitivo e corporal dos alunos, portanto os exercícios físicos precisam ser desenvolvidos com intencionalidade pedagógica e não simplesmente como passar tempo, pois, no decorrer das atividades o educando aprende noções de espaço, sociabilidade, limites, dentre outros conceitos, pois, embora a prática de atividades físicas seja um momento de desconcentração as aulas necessitam de um planejamento, de um objetivo o qual precisa ser alcançado e que o profissional deve associar os conteúdos ainda que de maneira lúdica, com compromisso e responsabilidade e para tanto necessita estar preparado para desempenhar seu papel de educador.

Diante da temática em questão, surgiram o seguinte questionamento: A disciplina de Educação Física influencia positivamente no processo de

desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da escola Almada Lima Filho do sexto (6º) ano, turno vespertino do ensino fundamental?

Assim, investigar se a presença da disciplina de Educação Física do sexto (6º) ano do Ensino Fundamental configurou-se como principal objetivo do nosso estudo.

Desta feita a pesquisa encontra-se organizada em nove partes da seguinte forma:

A primeira faz-se uma breve introdução do trabalho. Na segunda parte aborda-se o contexto histórico da educação física; na terceira parte trata-se do ensino fundamental no Brasil; na quarta parte abordam-se questões sobre a educação física no ensino fundamental; na quinta parte discute-se sobre o professor de educação física e sua relação com o aluno do ensino fundamental; na sexta parte discute-se sobre a concepção de aprendizagem; na sétima parte debate-se sobre a função social da escola; na oitava parte apresentação o percurso da pesquisa, a caracterização da escola campo e ainda as análises dos resultados da pesquisa. Por fim faz-se as considerações finais acerca da pesquisa empreendida.

2. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Para que se entenda hoje em dia a Educação Física é preciso antes levar em conta suas genealogias no contexto do país, discutindo as principais interferências que marcam e assinalam esta área do conhecimento e os novos nortes que estão se traçando.

Compreende-se que desde os tempos primitivos o ser humano atenta-se e percebe o imperativo de praticar exercícios físicos, seja para o entretenimento seja para habituar-se às situações cotidianas. A educação física sofreu grandes mudanças, interferências e conquistas para ser acolhida e introduzida no meio social.

Entende-se que a Educação Física tem um papel essencial na Educação Infantil, pela probabilidade de ajustar às crianças uma heterogeneidade de experimentos por meio de condições nas quais elas tenham a capacidade criar, inventar, reinventar, desvendar movimentos e conceitos sobre o movimento do seu corpo e suas ações.

Brincar e jogar são ações indispensáveis a todo indivíduo, colaborando para o desenvolvimento de sua saúde física, emocional e intelectual. Atualmente percebe-se que a questão da ludicidade tem ocupado lugar de destaque no campo educação, dando sua relevância para o processo educativo.

As brincadeiras e jogos fazem parte do cotidiano do ser humano e são importantes para o seu desenvolvimento, pois o lúdico exige a participação ativa do corpo em sua totalidade. Através das brincadeiras e dos jogos os sujeitos passam a interagir com o meio de forma lúdica, o que estimula o desenvolvimento de suas habilidades e competências. A atividade física propicia aos sujeitos construir conhecimentos em interação com outros sujeitos. Essa interação oferece condições necessárias ao desenvolvimento cognitivo.

Segundo Gallardo (1998), no país a Educação Física escolar estruturada teve começo no final do séc. XIX. Nesse período, o Brasil começava sua mudança de grupo social escravista para uma constituição social capitalista. Seguindo as convergências que prevaleciam nos países europeus em diferentes áreas de conhecimento, existia a ansiedade de constituir um novo ser, que pudesse dar apoio à nova norma política bem como a ordem social e econômica em desenvolvimento.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (1997, p. 19),

No século passado, a Educação Física esteve estreitamente vinculada às instituições militares e à classe médica. Esses vínculos foram determinantes, tanto no que diz respeito à concepção da disciplina e suas finalidades quanto ao seu campo de atuação e à forma de ser ensinada. Visando melhorar a condição de vida, muitos médicos assumiram uma função higienista e buscaram modificar os hábitos de saúde e higiene da população. A Educação Física, então, favoreceria a educação do corpo, tendo como meta a constituição de um físico saudável e equilibrado organicamente, menos suscetível às doenças. Além disso havia no pensamento político e intelectual brasileiro da época uma forte preocupação com a eugenia¹. Como o contingente de escravos negros era muito grande, havia o temor de uma “mistura” que “desqualificasse” a raça branca. Dessa forma, a educação sexual associada à Educação Física deveriam incutir nos homens e mulheres a responsabilidade de manter a “pureza” e a “qualidade” da raça branca.

Nessa ocasião teve forte influência do campo da medicina, já que a finalidade era modificar os costumes de higiene dos grupos familiares que saíam de um comando colonial. Em seguida, com a Segunda Guerra Mundial, a Educação Física foi contida pelos ideais militares, pois tinha o imperativo de preparar sujeitos saudáveis e fortes.

Embora a camada elitista imperial fosse de acordo com as conjeturas higiênicas, eugênicas e físicas, tinha um forte valor moral na execução de práticas físicas por conta da relação entre o exercício físico e o trabalho escravista. Qualquer tarefa que aludisse empenho físico era notada com maus olhos, vista como “pequena”. Essa postura impedia que fosse obrigatória a realização de exercícios físicos nos espaços escolares.

Dentro dessa conjunção, os estabelecimentos militares sofreram interferência da corrente positivista, o que concedeu que tais estabelecimentos também embutissem a instrução do físico. Desejando a ordem e o progresso, era de suma importância preparar pessoas fortes e saudáveis, que pudessem proteger a nação e suas ideologias.

No ano de 1851 foi feita a Reforma Couto Ferraz, a qual tornou obrigatória a Educação Física nas escolas do município da Corte. De modo geral houve grande contrariedade por parte dos pais em ver seus filhos envolvidos em atividades que não tinham caráter intelectual. Em relação aos meninos, a tolerância era um pouco maior, já que a idéia de ginástica associava-se às instituições militares; mas, em relação às meninas, houve pais que proibiram a participação de suas filhas. (BRASIL, 1997, p. 19).

Ainda conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 19),

Em 1882, Rui Barbosa deu seu parecer sobre o Projeto 224 — Reforma Leôncio de Carvalho, Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, da Instrução Pública —, no qual defendeu a inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores de ginástica aos das outras disciplinas. Nesse parecer, ele destacou e explicitou sua ideia sobre a importância de se ter um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual.

No começo deste período a Educação Física, ainda com a nomenclatura de ginástica, foi inserida nos programas curriculares dos Estados do Ceará, da Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo.

Nessa mesma ocasião a educação do país sofria uma forte interferência do movimento da escola nova, que demonstrou o valor da Educação Física na ampliação do desenvolvimento integral do sujeito. Essa conjunção permitiu que profissionais educadores na III Conferência Nacional de Educação, na década de 20, debatessem os procedimentos, as técnicas e os problemas atinentes a instrução da Educação Física.

A Educação Física que se ensinava nesse período era baseada nos métodos europeus — o sueco, o alemão e, posteriormente, o francês —, que se firmavam em princípios biológicos. Faziam parte de um movimento mais amplo, de natureza cultural, política e científica, conhecido como Movimento Ginástico Europeu, e foi a primeira sistematização científica da Educação Física no Ocidente. (BRASIL, 1997, p. 20).

Na década de 30, no país, dentro de uma conjuntura histórica e política mundial, com o aumento das ideias nazistas e ditatorial ganham potência igualmente as ideologias que integram o eugenismo da raça à Educação Física. O esquadrão militar passou a ser o principal estabelecimento a liderar uma luta em prol das ideias da Educação Física que se miscigenava as finalidades patrióticas e de preparo pré-militar. A discussão eugênica logo cedeu espaço aos desígnios higiênicos e de cuidado preventivos de doenças, estes sim, capaz de serem trabalhados, cogitados dentro de uma conjuntura educacional.

Apenas em 1937, na elaboração da Constituição, é que se fez a primeira referência explícita à Educação Física em textos constitucionais federais, incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória (e não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras. Também havia um artigo naquela Constituição que citava o adestramento físico como maneira de preparar a juventude para a defesa da nação e para o cumprimento dos deveres com a economia. (BRASIL, 1997, p. 20).

A década de 30 teve ainda por particularidade uma transformação um conjunto de ações bastante expressivas no Brasil: a ação de industrialização e urbanização e a consignação do Estado Novo. Nessa conjuntura, a Educação Física

adquiriu novos atributos: fortalecer o sujeito trabalhador, aprimorando sua aptidão produtiva, e ampliar o espírito de colaboração em benefício de todos.

Do período do término do Estado Novo até a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, aconteceu uma ampla discussão sobre o sistema educacional do país. Nessa LDB ficou definida a necessidade da Educação Física para a educação primária e também para o ensino médio. Desde então, o esporte passou a ganhar cada vez mais lugar nas aulas de Educação Física. A ação de jogo desportivo da Educação Física nas escolas começou com a admissão do Método Desportivo Generalizado, que constituiu uma confrontação as antigas técnicas de ginástica clássica e uma tentativa de congregação esporte, que já era uma criação bastante autônoma ajustando-o a fins e ações educativas.

Depois dos anos de 1964, a educação, como um todo sofreu as interferências da convergência tecnicista. A educação era vista como uma forma de se preparar mão-de-obra especializada.

Na década de 70, a Educação Física ganhou, mais uma vez, funções importantes para a manutenção da ordem e do progresso. O governo militar investiu na Educação Física em função de diretrizes pautadas no nacionalismo, na integração nacional (entre os Estados) e na segurança nacional, tanto na formação de um exército composto por uma juventude forte e saudável como na tentativa de desmobilização das forças políticas oposicionistas. As atividades esportivas também foram consideradas como fatores que poderiam colaborar na melhoria da força de trabalho para o “milagre econômico brasileiro”. Nesse período estreitaram-se os vínculos entre esporte e nacionalismo. Um bom exemplo é o uso que se fez da campanha da seleção brasileira de futebol, na Copa do Mundo de 1970. (BRASIL, 1997, p. 20).

No que diz respeito ao setor escolar, a partir da Lei de nº 69.450, de 1971, avaliou-se a Educação Física como a prática que, por seus meios, ações e métodos, desenvolve e aperfeiçoa forças físicas, psíquicas, cívicas, morais, e sociais do sujeito.

Nos anos 80 as implicações desse padrão começaram a ser significadas e impugnadas: o Brasil não se tornou um país olímpico e a competição do jogo esportivo da classe elitista não cresceu o número de participantes de exercícios físicos. Começou-se então um intenso colapso de identidade nas conjecturas e na própria discussão da Educação Física, que causou uma transformação significativa nas ações pedagógicas: a instrução Física escolar, que era voltada especialmente para os alunos do ensino fundamental passou a privilegiar o segmento da educação infantil. A abordagem passou a ser a ampliação do desenvolvimento psicomotor da

criança, arrancando da instituição escolar o papel de agenciar os exercícios físicos de elevado rendimento.

O campo de debates se fertilizou e as primeiras produções surgiram apontando o rumo das novas tendências da Educação Física. A criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Educação Física, o retorno de professores doutorados fora do Brasil, as publicações de um número maior de livros e revistas, bem como o aumento do número de congressos e outros eventos dessa natureza foram fatores que também contribuíram para esse debate. As relações entre Educação Física e sociedade passaram a ser discutidas sob a influência das teorias críticas da educação: questionou-se seu papel e sua dimensão política. Ocorreu então uma mudança de enfoque, tanto no que dizia respeito à natureza da área quanto no que se referia aos seus objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 1997, 20).

Percebe-se, assim, que durante muito tempo, e por várias razões, a Educação Física foi centro de inquietação da sociedade, e nos dias de hoje ainda é razão de debates e aceitação entre as instituições escolares.

A Lei de Diretrizes e Bases anunciada em 20 de dezembro de 1996 procura mudar o estilo que a Educação Física adotou nas últimas décadas ao mencionar no art. 26, § 3o, que “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”. Assim, a Educação Física precisa ser desempenhada desde a educação infantil. (BRASIL, 2014, p. 18).

Mattos (2006, p. 67) enfatiza que: “A Educação Física é considerada hoje um meio educativo privilegiado, na medida em que abrange o ser na sua totalidade. O caráter de unidade da Educação por meio de atividades físicas é reconhecido universalmente através dos tempos”.

Os países se desenvolveram, modernizaram-se, e, com eles, o modo de viver também sofreu modificações. Em tempos passados era possível observar pelas ruas, muitas crianças se divertindo, brincando de jogar bola, dentre outras atividades físicas. Atualmente, o medo, os receios tomaram conta das pessoas, os grupos familiares vivem trancados e acucados por conta da violência, e, sem contar com o grande avanço tecnológico, influenciando as crianças passarem horas e horas em frente a videogames e computadores, entretenimento esse escravizado pelo sedentarismo.

3.O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN`s (BRASIL, 2001), o Ensino Fundamental no Brasil, esteve organizado até dezembro de 1996, com base na determinação da Lei Federal nº 5.962, de 11 de agosto de 1971, estabelecendo como objetivo geral, o Ensino Fundamental, com oito anos de duração, garantindo, porém, necessário o envolvimento das questões relacionadas as peculiaridades locais, as especificidades dos planos das instituições de ensino e as características individuais dos educando. Dando aos Estados a organização de propostas curriculares que serviram de alicerce às escolas estaduais, municipais e particulares, mantidas em seu território organizando, assim, seus respectivos sistemas de ensino. Essas organizações foram em grande parte, reformuladas no período da década de 80, de acordo com as tendências educacionais da época.

Na década de 90 o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, convidado pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial.

Dessa conferência, assim como a declaração de Nova Délhi, assinadas por nove maiores países populacionais do mundo resultaram o acordo em uma proposta educacional universal tendo como base um atendimento justo para todos, crianças, jovens e adultos.

Com base nos compromissos assumidos internacionalmente, e em vista a situação, em que encontra-se o nosso País, o ministério da Educação, no seu papel de indutor de políticas, coordenou a elaboração do Plano Decenal de Educação para todos (1993-2003), entendido como um conjunto organizado de diretrizes políticas em permanente processo de negociação, visto que de dez em dez anos são revistos suas diretrizes políticas, voltado para a recuperação da escola fundamental, tendo em vista com o compromisso de uma educação de qualidade, como também a avaliação como um componente necessário e permanente nesse processo educacional, visando uma melhoria na qualidade do ensino.

O Plano Decenal de Educação, em acordo com a constituição de 1988, estabelece como necessário e obrigatório o Estado organizar parâmetros com o intuito de desenvolver práticas democráticas nos sistemas escolares brasileiros.

Assim, a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, deu preferência para o ensino fundamental, atribuindo ao Estado e Municípios a competência ao financiamento dessa modalidade de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394 / 96, determina a responsabilidade do poder público para todas as modalidades da Educação básica, em especial, para o ensino fundamental, garantindo a todos a formação para o exercício da cidadania, cumprindo assim a proposta de ensino da LDB, para o ensino fundamental. Portanto, a escola deve propiciar condições de aprendizagem conforme as seguintes determinações do artigo 32.

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, de escrita e do cálculo. II – A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, de tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. III – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores. IV – O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRANDÃO, 2010, p.86).

Portanto, o artigo 32 da LDB, define o Ensino Fundamental de 9 anos, ressaltando que o ensino deve garantir o pleno desenvolvimento das capacidades, habilidades da leitura, escrita, cálculo e a formação de valores e atitudes necessários para que o sujeito participe do meio social, para tanto, é necessário também que a família seja envolvida nesse processo. Nesse sentido, é fundamental a participação de todos os envolvidos na aprendizagem do aluno, uma vez que a responsabilidade de educar não é exclusivamente da escola, assim, faz-se necessário a colaboração de todos os envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem.

É importante lembrar que o conteúdo do primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos não deve ser o conteúdo que era trabalhado no primeiro ano / primeira série do Ensino Fundamental de oito anos. Faz-se necessário elaborar uma nova proposta curricular, coerente com as especificidades não só da criança de 6 anos, como também com as das demais crianças de 7,8,9 e 10 anos de idade, bem como com as dos adolescentes de 11 a 14 anos, que constituem os anos finais dessa etapa de ensino. (PAGEL, 2006, p.11).

Nessa perspectiva, a ampliação do Ensino Fundamental merece uma atenção especial ao cumprimento das diretrizes curriculares no que diz respeito à reorganização do currículo, de modo que o ensino seja adequado a todos os alunos

assegurando-lhe o pleno desenvolvimento nos aspectos físico, emocional, intelectual, cognitivo e social.

De acordo com a Legislação, a matrícula da criança com 6 anos de idade no Ensino Fundamental é obrigatório, nesse sentido é necessário novo currículo que vise proporcionar condições adequadas ao desenvolvimento do sujeito em sua totalidade, respeitando e valorizando a cultura de cada um.

O artigo 26 da LDB trata dos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, os quais devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e a clientela. Esse caput contempla, em linhas gerais, as mesmas idéias contidas no caput do artigo 210 da Constituição Federal de 1988. (BRANDÃO, 2010, p.78).

Dessa forma, entende-se que o currículo seja articulado as experiências vividas do aluno com o conteúdo novo, valorizando a diversidade cultural, e a maneira de ser, pensar e agir de cada indivíduo. Portanto, faz-se necessário, entender que existe uma multiplicidade de cultura e que todos devem ser respeitados, pois, nenhuma é melhor ou pior que a outra.

A constituição Federal de 1988, no artigo 280 define o Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito, em especial para aqueles que não tiveram acesso na idade adequada. Essa obrigatoriedade tornou-se meta do Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 09/10/ 2001, pois, este já sinalizara para um ensino obrigatório de nove anos de duração, iniciando-se aos seis anos de idade.

A secretaria de Educação do Estado do Maranhão visando também oferecer um atendimento aos alunos do Ensino Fundamental de nove anos propõe o Referencial Curricular baseado nos seguintes princípios:

Princípios Éticos – Autonomia, Responsabilidade, Solidariedade e o Respeito ao bem comum, como pontos fortes na construção de valores do indivíduo na escola, no presente e no futuro. Princípios Políticos – visa à formação de sujeitos críticos e participativos capazes de interferir na realidade, cumprindo seus direitos e deveres de cidadãos, vivenciando a justiça, a igualdade e a equidade, para favorecer, no processo de desenvolvimento nacional, a mudança da sociedade em que se insere. Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade, da Qualidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais. (BRASIL, 2010, p.24).

Nesse sentido, entende-se que a oferta do atendimento escolar deve contemplar estes referidos princípios, uma vez que o desenvolvimento integral do sujeito requer um preparo adequado. Faz-se necessário que a proposta pedagógica garanta aos seus alunos esses direitos humanos e sociais a partir de um diálogo, e de atividades diversas e dinâmicas considerando a complexidade e a urgência das demandas sociais. Segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 no seu artigo 2º prevê;

A ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para o regime de tempo integral (arts.34 e 87), a critério dos estabelecimentos de ensino. Além disso, prevê que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (art.1º), ampliando os espaços e práticas educativas vigentes. No entanto é importante ressaltar que, quando a LDB aborda a questão do tempo integral, ela o faz no art. 34, que trata da jornada escolar, considerada como o período em que a criança e o adolescente estão sob a responsabilidade da escola. (BRASIL, 2009, p.21).

Em síntese, este documento reconhece a necessidade do sistema escolar em promover atividades pedagógicas centradas no processo e aprendizagem, aproveitando ao máximo o tempo em sala de aula, incentivando-os a construção do conhecimento de forma global, uma vez que a ampliação progressiva da jornada escolar requer que seja uma possibilidade de formação do sujeito. Da mesma forma, aliado à Constituição Federal e à LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Capítulo V, artigo 53º diz que:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo Único – É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 2008,p.22).

Nesse contexto, nota-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente complementa a proposição de obrigatoriedade do acesso e permanência do aluno na escola, oferecendo um atendimento de qualidade. Assim, a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), a exemplo da Constituição Federal de 1988 e da LDB, também ressalta a valorização voltada para a formação integral do sujeito como objetivo do Ensino Fundamental.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990) O compromisso todos pela Educação ressalta a importância de que sejam aumentadas as possibilidades de permanência do aluno sendo a escola a responsável, melhorando o seu atendimento educacional e a valorização da cultura do indivíduo. Nesse sentido, a escola é o espaço de aprendizagem oferecendo os recursos concebidos para auxiliar o aluno ao conhecimento científico necessário a uma vida plena. Do mesmo modo, torna-se necessário também uma boa relação professor e aluno uma vez que ele é a peça fundamental nesse processo educativo. É importante que o professor trabalhe conteúdos de acordo com as reais necessidades do educando. Nesse sentido Zabala (1998, p. 90), diz que:

Ensinar envolve estabelecer uma série de relações que devem conduzir à elaboração, por parte do aprendiz, de representações pessoais sobre o conteúdo objeto de aprendizagem. A pessoa, no processo de aproximação aos objetos da cultura, utiliza sua experiência e os instrumentos que lhe permitem construir uma interpretação pessoal e subjetiva do que é tratado.

Percebe-se, que o ato de ensinar caracteriza-se pelo conjunto de ações do professor e alunos. O professor deve trabalhar conteúdos que o aluno estabeleça relações entre os conhecimentos prévios e novos conteúdos, respeitando as características individuais de cada um, sua cultura, valores e crenças.

Segundo Freire (1996, p. 30),

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, dever de não só respeitar os saberes com que os educando, sobre tudo os das classes populares, chegam a elaborar saberes socialmente construído na prática comunitária- mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

Com base nesta citação, entende-se, que o professor deve estimular o aluno não apenas a responder questões formuladoras, como também a formular suas próprias questões e a perceber os problemas e as necessidades da sociedade, do meio em que está inserido. De modo, que o aluno tenha um olhar crítico, e seja capaz de participar do mundo como agente transformador dessa realidade. Portanto, o educador deve mediar à aprendizagem do educando, uma vez, que ao chegar à escola já traz para a sala de aula as experiências adquiridas em seu meio social.

O trabalho do professor não consiste simplesmente em transmitir informações ou conhecimentos, mas em apresentá-los sob a forma de problemas a resolver, situando-os num contexto e colocando-os em perspectiva a ligação entre a sua solução e outras interrogações mais abrangentes. (BRASIL, 2004, p. 157).

Desse modo, compreende-se, que o papel do professor não é simplesmente transmitir informações ao aluno, mas sim, propor situações-problemas, desafios e estimular reflexões a cerca da realidade que o cerca, possibilitando aos alunos condições necessárias para fazer escolhas que lhes permitam uma vida mais justa no contexto no qual vivemos.

4.A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Entende-se que a Educação Física no Ensino Fundamental procura ajudar o aluno auxiliar em sua ampliação motora, suas aptidões e desenvolvimentos físicos. Nesta dimensão de tempo existe uma procura em ajustar aos alunos diferentes tipos de movimentos e exercícios, a fim de que este experimente e se adapte os imperativos do seu dia, promovendo as futuras ações que exijam de desenvolvimentos físicos e motoras para serem bem desenvolvidas.

A Educação Física e seus teores integram currículo escolar, sendo compreendida como uma área de conhecimento normalizada sendo preservado pelo menos duas horas por semana para sua efetivação é possível perceber em escolas das redes municipais, a má arranjo aludidos às aulas, os teores e os horários decididos. Existem municípios que se sobressaem ao notar que estão exercendo com os direitos dos adolescentes e criança sobre a satisfatória prática de exercícios físicos. Existem também aqueles casos que a maneira com que é aplicada não assegura a aprendizagem do aluno e em outros espaços escolares nossos estudantes não têm esta ocasião para o exercício da prática. (SILVA, 2011).

. Os conteúdos desta área de conhecimento são peculiares e não se pode deixar que se desprezem as desenvolvimentos motoras necessitam ser bem realizadas e trabalhadas de maneira que aconteça de fato a aprendizagem por parte do estudante. Catalogar seus contextos e estimular as aulas com analogia a outros teores e outras áreas do saber propõe ao estudante uma ligação do que já estudou e aprendeu, indagando sua margem de saber.

Os jogos e brincadeiras não se aludem somente em distrações, sua ligação abrange exercícios simbólicos e amplia aspectos físicos cogentes para resistir e adaptar-se.

A escola necessita preparar o aluno para a vida adulta, seus imperativos e qualidades de desenvolvimento são estabelecidos pelas ações propostas e aplicadas no decorrer das aulas. Nos anos iniciais o aluno começa a seu aprendizado conhecendo o espaço escolar, os ambientes, compreendendo os sistemas diários e gradativamente começa o aprendizado dos conteúdos, isso também ocorre com as habilidades motoras. É necessário adaptar-se aos movimentos, pular, correr, saltar, agachar, arremessar, subir e outros, para participar dos exercícios práticos.

Inúmeros pontos motivam na elevação de sucesso do aluno, a estrutura de espaços apropriados é um destes fatores, consolidam o ensino e incitam a aprendizagem e com isso beneficiam as analogias sociais entre os alunos e sua atuação. Um espaço organizado proporciona confiança, sendo de grande influência na constituição das aptidões as quais motivam o aluno ao observar seu domínio, incentivando-os a participar e evidenciar esforços e empenho durante os exercícios. (VALENTINI, 2002).

De acordo com Branco (2012, p.11),

A utilização de atividades com aspectos lúdicos para desenvolver movimentos básicos e habilidades fundamentais ou especializadas estimulam a participação frequente do educando. Oportunizando o movimento e a criatividade, deixando com que a criança perceba sua liberdade de expressar seus sentimentos e explorar seus movimentos, através do espaço e do ritmo. Vivenciar e experimentar variações conduz ao desenvolvimento e a aprendizagem.

Nesse contexto, o corpo é parte fundamental da origem dos movimentos, compreendê-lo como age e suas limitações ajuda o aluno a compreender o seu movimento e exercitar de maneira segura os exercícios práticos, as quais abrangem confiança e também tomadas de decisões, sugerindo ao aluno uma direção da autoconfiança e autoimagem.

Segundo os PCN's, (2001), teve grande tardança até a Educação Física ser normalizada dentro dos anos iniciais.

Homilias e colapsos dentro deste campo, investigados por seus profissionais, protestavam sobre a sua atuação e aplicação desta área de conhecimento nos anos iniciais, a necessidade de o estudante compartilhar e comumente se no ato de seus funcionamentos motor e físico.

Os anos finais do ensino fundamental tinham aulas de educação física em seu programa de currículo e assim realizam suas práticas esportivas.

A preferência da Educação Física Escolar na pré-escola e nos anos iniciais trouxe a inquietação e as indagações sobre os teores e a ampliação do desenvolvimento do aluno. "O enfoque passou a ser o desenvolvimento psicomotor do aluno, tirando da escola a função de promover os esportes de alto rendimento" (BRASIL, 2001, p.22).

Depois de grandes discussões e debates acerca dos conteúdos desta área de conhecimento aludida à sua prática no contexto escolar percebe-se que:

A educação básica deve assumir então uma outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o

para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade de vida. (BETTI, ZULIANI, 2002).

Assim, a educação física no contexto escolar procede de teorias psicológicas, sociológicas e compreensões filosóficas, as quais instituem cogitações acerca das mudanças humanas e seus progressos.

Nesse sentido, procura-se que a educação física sustente ligações diferentes com as transformações humanas, havendo uma inquietação para que seus teores que não estejam marginalizados (PCN's, 1997).

Os docentes de educação física não devem se ater ao desenvolvimento de desenvolvimentos, já que precisam ser sabedores de que o corpo é amplo, global, ele comunicar-se sem necessariamente usar palavras. (BETTI, ZULIANI, 2002).

O aluno necessita mais do que aprender embasamentos técnicos e estratégicos aludidos aos esportes, precisa estar aparelhado para instituir-se, aceitar e entender normas, trabalhar no coletivo e respeitar as divergências sociais.

É caráter da área de conhecimento de educação física transmitir ao aluno a sua participação dentro da prática esportiva e dos jogos, para que compreenda as normas e obstáculos e consiga estabelecer conforme as suas aptidões.

A fim de que seja participante ativo no decorrer de sua vida, um artefato que congregue e crie uma ótica crítica para o aluno (BETTI, ZULIANI, 2002). O desenvolvimento do sujeito está atrelado abertamente à participação em experiências e brincadeiras no decorrer de sua infância. Quando chega à escola, ela apresenta uma gama de movimentos e exercícios já vividos e apreciados em sua cultura, portanto, cabe a conjuntura escolar ampliar este saber que diz respeito ao movimento e aos exercícios corporais.

Nesse enfoque, é função do professor de educação física motivar a participação de todos os estudantes no decorrer das aulas e exercícios propostos, a fim de que experimentem, conheçam e avigorem suas competências e habilidades físicas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica o profissional de educação física compete:

[...] a responsabilidade de organizar e sistematizar o conhecimento sobre as práticas corporais, o que possibilita a comunicação e o diálogo com as

diferentes culturas. No processo pedagógico, o senso de investigação e de pesquisa pode transformar as aulas de Educação Física e ampliar o conjunto de conhecimentos que não se esgotam nos conteúdos, nas metodologias, nas práticas e nas reflexões (DCE, 2008, p. 72).

Segundo Mattos e Neira (2006), conjunturas onde discriminavam que o ser criança adquiriria saberes sozinha e se desenvolvia por si mesma precisa ser repensado. A função do docente em planejar, adaptar e estimular os alunos nos exercícios é de suma importância para a constituição e aprendizagem dos mesmos.

Em meio às requisições que se depositam para a função de professor ressaltam-se:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe. (PIRES, 2000, p. 5).

Nesse enfoque, percebe-se a necessidade de se analisar o paradigma de preparação do educador, considerando que para ele atender a todas essas exigências, faz-se necessário que ele se capacite primeiramente a fim de corresponder à altura desse novo cenário educacional.

Para Silva e Araújo (2005, p. 1),

A postura reflexiva não requer apenas do professor o saber fazer, mais que ele possa saber explicar de forma consciente a sua prática e as decisões tomadas sobre ele e perceber se essas decisões são as melhores para favorecer a aprendizagem do seu aluno, ensinar e, antes de tudo, agir na urgência, decidir na incerteza.

Nesse contexto, a atitude pensante não exige somente do educador o saber fazer, mais que consiga conhecer, questionar e tornar compreensível a sua atuação e as deliberações adotadas acerca dele e observar se essas resoluções são as mais adequadas para beneficiar o aprendiz do seu educando, uma vez que educar e, primeiramente, atuar na emergência, resolver na ambigüidade.

É de fundamental importância a participação de educadores formados e capacitados na área, estes que se assentaram em caráter de aprendizagem e inventaram condições para operar diante das necessidades dos estudantes e da instituição escolar. Sobretudo aqueles que se prepararam para administrar situações aludidas aos alunos, reconhecendo suas dificuldades e cogitando para um melhor aprendiz, com bom emprego dos conteúdos e relacionando-os a outras áreas de conhecimento e agitações diárias.

5.O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA RELAÇÃO COM O ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL

A relação professor e aluno é uma das condições básicas para que o processo educacional desenvolva-se. E essa relação deve acontecer de forma dinâmica. O professor deve conhecer a realidade social dos educando, afim de que sejam trabalhados conteúdos associados à realidade na qual convive o aluno, para que ele possa, a partir da prática concreta, retirar ensinamentos aplicáveis à sua vida de cidadão, à compreensão do mundo em que está inserido.

No espaço da sala de aula professor e alunos aprendem juntos. E é através dessa relação que o aluno terá oportunidade de construir seus próprios conhecimentos, uma vez que para o aluno aprender depende das possibilidades oferecidas a ele.

Os conhecimentos construídos pelo aluno aqui compreendido baseiam-se, na compreensão de uma prática pedagógica resultante de uma boa relação professor e aluno, considerando o aluno como aquele que age sobre o objeto de conhecimento na interação com outras pessoas.

Visando o sucesso do aprendizado do aluno, faz-se necessário que o professor estreite sua relação com o educando, de modo que ele sinta-se estimulado a aprender. E considerando que o sujeito é um ser cultural, e que suas experiências vividas interferem no seu desenvolvimento integral, o professor precisa conhecer bem o seu aluno, afim de que possa através do diálogo criar um vínculo de amizade e confiança entre ambos, pois, o sucesso escolar depende da relação dialógica entre professor e aluno.

Professor e alunos devem junto compartilhar conhecimentos, no sentido de gerar novos saberes a partir dessa troca de opiniões, respeitando a forma de pensar de cada um, e ambos assumindo o papel de eterno aprendiz.

De acordo com Gadotti (1999, p.2),

O professor para pôr em pratica o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes colocar-se na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida.

Diante disso, entende-se que os sujeitos aprendem socialmente, uns com os outros, onde os envolvidos compartilham suas experiências vividas, e nessa troca aprendem juntos. Assim, o professor não é o dono do saber e o aluno não é um depósito de armazenamento, professor e aluno discutem, analisam os problemas sociais de sua comunidade local. E nesse processo em que se realiza a discussão, os relatos da experiência vivida, surgem temas geradores que podem vir a ser sistematizados buscando desenvolver, os processos educativos como tarefa que se dá no interior dos grupos sociais, pela ação recíproca professor e aluno, faz-se necessário, portanto, que o professor valorize e respeite àqueles conhecimentos trazidos pelo aluno para a escola. Na interação professor e aluno, ocorre uma troca dinâmica de experiências sociais, uma vez, que ambos aprendem juntos nessa inter-relação social. Segundo Freire (1996, p.47).

Saber que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenha – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.

Entende-se, que o papel do educador é oferecer condições adequadas à realidade do educando, para que ele possa produzir conhecimentos que o levem agir de forma crítica e consciente, sobre o mundo à sua volta, conhecimentos esses necessários para exercer sua cidadania, uma vez que para o autor a educação tem por tarefa principal: o desenvolvimento do senso crítico para formar os verdadeiros cidadãos. A relação entre professor e aluno deve estar voltada para o processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Libânio (1994, p.251):

Na sala de aula o professor se relaciona com o grupo de alunos. Ainda que o professor necessite atender um aluno especial ou que os alunos trabalhem individualmente, a interação deve estar voltada para atividade de todos os alunos em torno dos objetivos e do conteúdo de aula.

Como se pode ver que embora na sala de aula exista um aluno necessitando de uma atenção especial por parte do professor, não significa dizer

que ele deva ignorar os demais, pelo contrário, deve elaborar sua metodologia centrada em todos.

Todos os alunos devem ser envolvidos nas atividades escolares, mesmo quando este seja realizado individualmente. As atividades devem estar coerentes com os objetivos propostos, com o intuito de desenvolver o potencial do aluno. Para o aluno ampliar seus conhecimentos, depende do ato docente.

Segundo Scarpato (2004, p.128)

A aula depende, em qualquer circunstância, da agradável relação professor e alunos. Na verdade, uma relação entre seres humanos dotados de vontade e imbuídos da intencionalidade e nos objetivos do trabalho que se realiza. Em outras palavras, a relação pedagógica deve se permeada pela intenção consciente, clara e objetiva por parte daqueles que a vivenciam, no caso, professor e aluno.

Compreende-se, que para a aula acontecer requer participação do professor e do aluno, para que juntos possam construir uma boa relação entre o sujeito-aprendiz e o objetivo de conhecimento numa relação agradável. E nessa inter-relação, compartilhar juntos seus conhecimentos, expressando suas formas de pensar e suas descobertas. Assim, o processo ensino e aprendizagem apóiam-se na interação sujeito do processo educativo em sala de aula, devendo o professor mediar o conhecimento do aluno, promovendo a interação dos mesmos por meio de interação pedagógica intencionais, provocadora e desafiadora.

O aluno necessita da ação docente, pois, esta facilita e acelera a aprendizagem, uma vez que ela é sempre mediada, revelando-se, central, a postura do educador nesse processo de construção de conhecimento. As analogias humanas são necessárias na conduta profissional de uma pessoa. Desse modo, a relação professor – aluno abrange interesses e desígnios.

6. CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM

Compreende-se a aprendizagem a assimilação do conhecimento pelo aluno na qual se efetiva através de metodologias cognitivas que se transforma em função dos conteúdos que são adquiridos. Entretanto, para que o conhecimento seja adquirido, é necessário haver uma ligação entre o que o aluno já conhece e o que ainda vai aprender, pois, os conteúdos programáticos precisam estar organizados e integrados aos saberes que ele já possui.

Para Weisz (2002, p. 24),

O conhecimento é visto como produto da ação e reflexão do aprendiz, esse aprendiz é compreendido como alguém que sabe algumas coisas e que, diante de novas informações que para ele fazem algum sentido, realiza um esforço para assimilá-las. Ao deparar com questões que a ele se colocam como problemas, depara-se também com a necessidade de superação. E o conhecimento novo aparece como aprofundamento do conhecimento anterior que ele já detém. Assim sendo, é inerente à própria concepção de aprendizagem que se vá buscar o conhecimento prévio que o aprendiz tem sobre qualquer conteúdo. (WEISZ, 2002,).

O aluno para construir e reconstruir seus conhecimentos precisa fundamentalmente do ato docente que deve dirigi-lo, uma vez que a aprendizagem é sempre mediada. O aluno ao chegar na instituição escolar traz para ela experiências construídas em seu meio, nas relações sociais, seja no ambiente familiar, na sua comunidade ou em entre as conversas com amigos, portanto já inicia sua escolarização com uma série de conhecimentos, e cabe à escola, mas especificamente ao professor relacionar esses conhecimentos adquiridos pelos alunos aos conteúdos programados a fim de que a aprendizagem se torne mais eficiente.

Nessa mesma direção Piaget (1992), o desenvolvimento do sujeito ocorre em progressivas etapas de assimilação e acomodação. Para ele cada fase é assinalada por aquilo que de mais perfeito o sujeito consegue realizar neste estágio.

Ainda segundo Piaget (1992), o conhecimento está em constante construção, cada novo saber sedimenta-se sobre conteúdos já construídos por processos de *assimilação e acomodação*. Há, deste modo, um desequilíbrio inicial seguido de um novo *equilíbrio ou reequilíbrio*.

Para Vygotsky (1988), o desenvolvimento pleno do sujeito depende do aprendizado que realiza num determinado grupo social, a partir da interação com

outros sujeitos de seu meio. Nesse sentido, “o aprendizado pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam” (VYGOTSKY, 1988, p. 99). Nesse enfoque, o aprendizado do sujeito acontece por meio da interação sociocultural e é um aspecto necessário no qual garante o desenvolvimento dos atributos psicológicos nomeadamente humanos. “se o professor não sabe nada sobre o que o aluno pensa a respeito do conteúdo que quer que ele aprenda, o ensino que oferece não tem com o que dialogar”. (WEISZ, 2002, p.42).

Com base nesse entendimento, o professor precisa compreender acerca dos conhecimentos que o aluno possui, considerando que ele só aprende relacionando o novo àquilo que ele já conhece.

Ainda de acordo com Weisz (2002, p. 43),

Compreender a perspectiva pela qual a criança enxerga o conteúdo é algo que, em muitos casos, só é possível se o professor se colocar numa posição de observador cuidadoso daquilo que o aluno diz ou faz em relação ao que está sendo ensinado.

Nesse ponto vista colocado pela autora, é importante que o aluno sinta-se como parte integrante daquilo que está sendo estudado, o que ao professor relacionar os conteúdos com a realidade da criança, a partir daí é que o conhecimento vai se ampliando.

Referindo-se a realização da aprendizagem Jardim (2005, p. 65) ressalta que:

[...] é pela ocorrência da aprendizagem que se desenvolvem as habilidades, apreciações, raciocínios, bem como as aspirações, atitudes e os valores do homem. O desenvolvimento humano em todas as suas manifestações deve depender de dois fatores: crescimento e aprendizagem (e de suas interações).

Nesse sentido, as capacidades e habilidades do sujeito ocorrem por meio da aprendizagem, entretanto, estar sujeito a alguns fatores de desenvolvimento, bem como o ambiente favorável à aprendizagem.

De acordo com Jardim (2005) a aprendizagem não é somente o acontecimento que ocorre espontaneamente, é ainda, uma ocorrência que acontece através de determinadas situações que podem ser analisadas, transformadas e dominadas, e isso dirige à possibilidade de analisar a metodologia de aprendizagem

através de procedimentos científicos, desvendar as relações que vivem entre ela e as transformações que acontecem na conduta do sujeito, podendo se realizar deduções sobre o que foi aprendido, organizar suposições e padrões científicos que esclareçam as modificações observadas.

Referindo-se a isso, Jardim (2005, p.66) destaca que:

A aprendizagem é uma modificação na disposição ou na capacidade do homem, modificação que pode ser retirada e não pode ser simplesmente atribuída ao processo de crescimento. O tipo de modificação a que se dá o nome de aprendizagem manifesta-se como uma alteração no comportamento, e infere-se que a aprendizagem ocorreu comparando-se o comportamento possível antes de o indivíduo ser posto em uma “situação de aprendizagem” e o comportamento apresentado após circunstância.

Nesse contexto, a aprendizagem é uma transformação nos conhecimentos que o sujeito já construiu e estar constantemente em processo. Vale ressaltar que, ela não é imposta somente pela ação de desenvolvimento, a aprendizagem se revela pela mudança na conduta do sujeito diante de outras situações de aprendizagem. Em cada situação específica, o sujeito enfrentará desafios, portanto é fundamental que o professor a cada dia exija mais além daquilo que o aluno já é capaz de fazer, pois, desse modo estará conduzindo o aluno à construção de saberes mais complexo. “O professor que pretenda qualificar-se melhor para lidar com a aprendizagem dos alunos precisa estudar e desenvolver uma postura investigativa”. (WEISZ, 2002, p.45).

Nessa perspectiva, o professor precisa entender como se processa a aprendizagem do aluno a fim de oferecer subsídios adequados à descoberta do conhecimento, conduzindo o aluno a uma compreensão mais perfeita da realidade na qual ele vive. O professor precisa conhecer bem o seu aluno.

Vygotsky (1988) identifica dois níveis de desenvolvimento humano: um trata das apropriações, já efetivadas, que ele chama de nível de desenvolvimento real ou efetivo, e o outro, o nível de desenvolvimento potencial, que se relaciona às competências em vias de serem construídas.

O nível de desenvolvimento real é compreendido como aquilo que o sujeito é capaz de fazer sem intermédios de ninguém, isto é, sozinho, enquanto que a zona de desenvolvimento potencial se refere àquilo que a criança é capaz de realizar só que mediante ajuda de outras pessoas. (VYGOSTKY, 1988. p. 98).

Vygotsky (1988, p.98) afirma que: “aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje será amanhã o nível de desenvolvimento real, ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã”. As considerações do autor nos faz entender que, as coisas que a criança faz por meio da ajuda de outras pessoas hoje, amanhã ela conseguirá fazer de maneira autônoma. Assim, o aprendiz é o responsável por criar a zona de desenvolvimento, uma vez que por meio da interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem ajuda externa seriam impossíveis de ocorrer.

7.FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

O contexto educacional no Brasil faz-se pensar o papel social da escola de hoje, que se se percebe injusta e desigual.

A função social da escola não é apenas a preparação do sujeito para o mercado de trabalho, mas a preparação para a vida social, de maneira que atenda às exigências da sociedade moderna.

O espaço escolar deve ser um ambiente que inclua o sujeito na visão global em prol da formação do ser humano, não necessariamente transmitir uma série de informações, mas também possibilitar o sujeito a desempenhar as capacidades necessárias para a participação social efetiva.

A escola deve possibilitar ao aluno condições eficientes para que todos participem de maneira igualitária, no processo educacional propiciando a todos as mesmas oportunidades de aprendizagem.

A constituição Federal de 1988 define no artigo 205 que;

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2014, p.55).

Dessa forma, o atendimento educacional é um direito de todos, não se trata apenas de ofertar atendimento, mas, a garantia de uma educação que promova o pleno desenvolvimento do sujeito, cumprindo os preceitos constitucionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, Lei nº 9.394/96, no artigo 2º, reforça:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2016, p.19)

Nesse sentido, percebe-se, que os dispositivos legais acima citados ao reforçar o pleno desenvolvimento do educando, determinam que a escola deve oferecer um atendimento de qualidade visando o desenvolvimento integral do sujeito. Assim, a escola deve permitir aos alunos não apenas o acesso, mas, a apropriação do conhecimento de modo que o aluno desenvolva suas capacidades.

Assim, a escola pública precisa estar aberta a todos os alunos, sem discriminação, integrando a diversidade sociocultural e as características individuais de cada sujeito, pois numa escola que se quer democrática, apoiada em

práticas conscientes de cidadania e ética, deve garantir o acesso e a participação de todos os alunos em todas as atividades oferecidas pela escola.

A escola e a educação que nela se processa têm um papel social muito significativo para a sociedade. Assim, educar para a vida social implica integrar os valores e temas transversais, pois, o indivíduo para atuar na sociedade, necessita não apenas de uma simples administração de conteúdos, mas, de todo o conjunto de saberes e competências que lhe possibilite uma participação ativa na vida social.

Educar para a cidadania envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros, particularmente com aqueles em dificuldades de superação de atitudes egoístas; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação. Inclui, para cada criança, poder se expressar e respeitar a expressão do outro em relação a sentimentos, ideias, costumes, preferências, ser aceita em suas características físicas e morais. (OLIVEIRA. 2005, p.52).

Assim, a ação educativa consiste em propiciar situação de solidariedade, companheirismo, colaboração, e respeito ao outro e a si mesmo. Entende-se estes valores como uma necessidade de vivência no contexto escolar. A escola não deve funcionar apenas para atender uma exigência legal, mas deve ser espaço educativo que possibilite ao aluno argumentar, defender suas ideias, apoiadas em princípios éticos, respeitando as diferenças de ser e pensar de cada um, valorizando os direitos e deveres de cada indivíduo. O papel maior da escola hoje é a formação do sujeito.

O cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Tudo o que acontece no mundo, seja no meu bairro, acontece comigo. Então eu preciso das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão com um sentimento ético forte e consciência da cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação. (SOUZA, 2001, p, 22).

Ser cidadão é, portanto, um direito que se estende a todas as pessoas que fazem parte da sociedade. E a escola tem papel muito importante na construção dessa consciência, por meio de uma prática educativa que propicie aos alunos a garantia dessa participação ativa, pautada em valores e atitudes, mas também a conteúdos, desenvolvidos nas diversas áreas do conhecimento que são eficazes a vida do sujeito.

Assim, todas as atividades escolares estão ligadas à cidadania, portanto a escola deve criar condições de aprendizagem necessárias para que o aluno esteja

preparado para enfrentar as situações de desafios e problemas e que possa encontrar soluções.

Em síntese, as escolas brasileiras, para exercerem a função social, precisam possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros, da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. (BRASIL, 2001, p.48).

É no espaço escolar que o educando vivencia situações diferenciadas que contribuam para o aprendizado, para comunicar-se de maneira inteligente com as pessoas de sua comunidade, respeitar e ser respeitado, ter consciência de seus direitos e deveres. Assim, faz-se necessário que haja um vínculo da escola com as questões sociais. A escola precisa cumprir o seu papel de evidenciar um olhar crítico na perspectiva de outros horizontes.

A escola deve propor ao aluno estímulo à construção da sua cidadania. Sabe-se, que a preparação para o trabalho já não é mais aspecto primordial da função social da escola e não pode ser mais vista como fundamental e única. A função social da escola é a preparação do sujeito para a vida em sociedade, para o desenvolvimento de algumas competências exigidas pela sociedade moderna.

7.1 Educar para a vida social

Na sociedade moderna, a escola deve inserir o sujeito em uma visão de cultura emergente. Preparar os indivíduos para a vida cultural não significa única e exclusivamente, dotá-los de uma série de informações a respeito de uma saber superficial, mas inseri-los na concepção de mundo.

Entende-se o conhecimento como algo principal, e se a escola perceber essa importância terá clareza da direção a tomar, pois, é através do conhecimento que o homem adquire meios para compreender e transformar a realidade, tornando-se capaz de exercer sua cidadania. Nessa concepção, a escola deve possibilitar ao aluno a apropriação do conhecimento atendendo as suas necessidades.

A formação do sujeito para o social favorece a compreensão do mundo no qual ele vive para que possa agir e participar dessa sociedade moderna, usufruindo das manifestações culturais do Brasil. Nessa dimensão, de integrar o sujeito de modo a participar do mundo, forma o sujeito para o exercício da cidadania.

Portanto, a prática escolar constitui-se uma ação de preparar o sujeito na sua totalidade, não sendo a formação profissional o centro, mas sim decorrente

deste preparo. Nesse contexto, cabe a escola a organização sistemática dos conteúdos, de acordo com as necessidades reais e sociais dos alunos, prepará-los para a vida.

A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as considerações para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres. (BRASIL, 2001, p. 45).

Desse modo, faz-se necessário que a escola planeje suas atividades com o intuito de elevar o sujeito ao nível da participação plena, pois, é ela a condutora desse processo que inclui-se a questão da relação professor-aluno. É nesse contexto que deve ser entendido o processo educativo.

Educar para o social refere-se ao desenvolvimento social e cultural do sujeito. Assim, os sujeitos desenvolvem-se como seres iguais em direitos, mas, ao mesmo tempo, com características próprias. Iguais no sentido de serem incluídos nas mesmas oportunidades de ensino, ressaltando, que a capacidade de entender esses conhecimentos oferecidos é individual. Essas diferenças individuais que cada um tem em compreender de um modo particular são constituídas a partir do processo coletivo, uma vez, que a socialização possibilita ou facilita a aprendizagem do indivíduo.

A escola, na perspectiva de preparação do sujeito para a cidadania, necessita valorizar a cultura do próprio meio do aluno. Os conhecimentos adquiridos na escola ganham sentido quando são resultados de uma troca dinâmica que acontece na interação constante com o mundo interior e exterior, no qual o sujeito vivencia no meio social, político, cultural e emocional.

Para que se possa inovar e participar da sociedade, é preciso estar preparado para processar as informações, que nela se produzem e que se reflete em nosso cotidiano.

O papel da escola cidadã, nesse contexto, é contribuir para criar as condições que viabilizem a cidadania, através da socialização da informação, da discussão, da transparência, gerando uma nova mentalidade, uma nova cultura em relação ao caráter público do espaço da cidade. Em uma perspectiva transformadora, a escola educa para ouvir e respeitar as diferenças, a diversidade que compõe a cidade e que se constitui em grande riqueza. Para que a escola seja espaço de vida e não

de morte, ela precisa estar aberta a diversidade cultural, étnica, de gênero e às diferentes opções sexuais. (GADOTTI, 2006, p.55).

Dessa forma, é preciso compreender que todos são cidadãos e cidadãs do mundo e que têm o direito em participar dele, de modo que se possa fazer uso dos instrumentos de sua realidade social e cultural. Desse modo, a escola deve oferecer aos alunos condições para que o sujeito possa participar e mudar essa situação, utilizando paradigmas científicos considerados mais adequados a uma prática condizente com as novas exigências da sociedade, utilizando metodologia que favoreça uma mudança significativa no cenário social, político e cultural.

Isso significa olhar o mundo a partir de uma ótica global, reconhecendo a interatividade de todas as mudanças que surgem. Tal visão significa necessariamente, uma mudança de postura no contexto escolar.

A escola integra e articula os novos espaços de formação criados pela sociedade da informação. Ela deixa de ser “lecionadora” para ser cada vez mais “gestora” da informação generalizada, construtora e reconstrutora de saberes e conhecimentos socialmente significativos. Portanto, ela tem um papel mais articulador da cultura, um papel mais dirigente e agregador de pessoas, movimentos, organizações e instituições. Na sociedade, o papel social da escola foi consideravelmente ampliado. (GADOTTI, 2006, p.55 Grifo do Autor).

Portanto, precisa-se romper com as formas de organização e produção de conhecimento até agora utilizadas. A escola deve ir além de administrar conteúdos, deve ter uma preocupação centrada na formação do indivíduo na sua totalidade, o que compreende uma proposta que envolva compromisso com os educando.

Nesse sentido os parâmetros norteadores da educação brasileira por meio dos PCN e dos Temas Transversais, objetivos e temas que dizem respeito não só a conteúdos, mas valores e princípios que a escola deve construir com seus alunos.

Compreender a cidadania como participação social e política assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. (BRASIL, 2001, p.7).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais recomenda que a educação escolar possibilite aos seus alunos a construção de competência e habilidades que lhes permitam compreender a cidadania como o exercício de direitos e deveres, adotando no seu cotidiano atitudes responsáveis vendo o diálogo como condição necessária para mediar conflitos e tomar decisões coletivas.

8.METODOLOGIA

8.1 Tipo de pesquisa

Efetivou-se uma investigação de cunho qualitativo e bibliográfico com o intuito de

obter dados necessários que forneceram elementos para a realização do TCC.

Para Gil (2002), o uso dessa abordagem de cunho qualitativo permite o aprofundamento da pesquisa, das questões pautadas no fenômeno em curso e das suas analogias, por meio do reconhecimento e do contato diretamente atrelado com a situação investigada, procurando-se o que era comum, mas conservando, contudo, aberta para observar a particularidade e os sentidos múltiplos.

Quanto à pesquisa bibliográfica ainda segundo Gil (2002), é manifestada pelo uso de teses, dissertações, livros, artigos, jornais e também sites na internet para realizar e suportar as finalidades propostas na investigação. Já a pesquisa de campo é revelada pelo uso de elementos como aplicação de questionários e entrevista.

8.2 Universo e amostra

Para a realização da pesquisa contou-se com a participação de 01 professor e 06 alunos do ensino fundamental da escola Almada Lima Filho da rede municipal de ensino de Chapadinha. A amostra foi escolhida de maneira não aleatória ou por conveniência. Desse modo, foram constituídos os elementos da amostra por serem mais abertos a participarem da investigação.

8.3 Instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados será realizada através de revisão bibliográfica, observação e aplicação de questionário junto aos professores e alunos. A revisão bibliográfica envolverá consultas em livros com o intuito de levantar informações necessárias para fundamentar a pesquisa.

8.4 Caracterização da escola campo

A escola Unidade Integrada Manuel José de Santana pertence à rede pública municipal de Chapadinha e está situada num bairro de classe popular, próximo ao Centro da cidade. Foi fundada em 10 de maio de 1975, conforme a Lei nº 420, sob a administração do Senhor Prefeito Bernardo Serra de Almeida. A origem do nome da escola foi em homenagem ao pai do governador da época, Dr. Pedro Neiva Santana. A comunidade onde a escola está situada apresenta características religiosas muito fortes e cultiva valores pessoais bastantes tradicionais.

Oferece Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino, e no turno noturno a Educação de Jovens e Adultos – EJA. A referida escola dispõe de Calendário escolar, Plano de Ação e Projeto Político Pedagógico (PPP).

Neste ano de 2013 atende a um público de aproximadamente 680 (seiscentos e oitenta) alunos. Quanto aos aspectos físicos, a escola atualmente possui 9 (nove) salas de aula, 2 (duas) salas de informática, 1 (uma) sala para professores, 1 (uma) secretaria, 2 (dois) depósitos, 4 (quatro) banheiros e 1 (uma) cantina.

O quadro de professores, em sua totalidade, tem formação em nível superior. A escola desenvolve uma proposta pedagógica conforme as reais necessidades dos alunos, a fim de contribuir para o exercício da cidadania.

O perfil de sua clientela caracteriza-se por alunos com faixa etária de 6 (seis) a 40 (quarenta) anos, considerando que a escola oferece a modalidade de ensino da EJA. Os alunos, de modo geral, são de famílias com profissões diversificadas, como: lavradores, funcionários públicos, feirantes, comerciantes entre outras.

Em relação ao corpo docente da escola, a mesma possui 37 (trinta e sete) professores, sendo que na pesquisa trabalhou-se com uma amostra de um professor do 5º ano do Ensino Fundamental. Vale destacar o papel que exerce essa pesquisa, pois a função da mesma não se resume apenas em mostrar uma realidade de um determinado estabelecimento, mas fornecer também subsídios teóricos acerca de uma prática educativa que contribuirá de forma positiva para o melhoramento da educação do município.

8.5 Análise e discussão dos dados coletados

O interesse em investigar a influência da disciplina de educação física no processo ensino aprendizagem dos alunos da escola Almada Lima Filho, do sexto (6º) ano,

turno vespertino, do ensino fundamental configurou-se o objetivo primordial de nossa pesquisa.

Diante das observações feitas inicialmente nas salas de aula, percebeu-se a carência de professores de Educação Física motivo esse trazido a discussão permitindo indagações que levem, não somente a gestão a refletir mas também o corpo docente sobre suas atuações no contexto escolar, procurando não fortalecer essa exclusão, se tem-se a pretensão de instituir uma sociedade de fato democrática, emancipatória, onde a igualdade de oportunidade exista realmente e não somente na lei, mas ainda nas analogias e práticas diárias, é necessário que se estejam atentos em possibilitar uma ação pedagógica para os nossos alunos de modo que ele se desenvolva integralmente.

Essas informações prévias subsidiaram a delimitação mais precisa do objeto de investigação, bem como à elaboração dos instrumentos que favorecessem a coleta de dados para análise.

O objetivo principal que guiou este trabalho investigar a influência da disciplina de educação física no processo ensino aprendizagem dos alunos da escola Almada Lima Filho, do sexto (6º) ano, turno vespertino, do ensino fundamental.

Esse objetivo desdobrou-se em ações menores, que tiveram como propósito refletir a importância da Educação Física na formação integral dos alunos; compreender a disciplina de Educação Física como componente curricular obrigatório e conhecer a importância do profissional de Educação Física no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos

Diante do exposto sobre a finalidade da pesquisa, pretende-se, nessa parte do trabalho, compartilhar os resultados alcançados com a investigação, a partir da análise do material coletado. Vale ressaltar que os agentes da pesquisa não serão identificados por seus nomes verdadeiros e sim por letras e números¹ e ainda destacados com letras em itálico.

¹ Os nomes dos envolvidos na pesquisa são identificados por letras e números para garantir a preservação das identidades e dos conteúdos das declarações prestadas, conforme orientações contidas na Resolução nº 196/96

8.5.1 O que opensam sobre à atuação do Professor de Educação Física no contexto escolar:

Antes mesmo de analisar-se o que pensam oprofessore sobre sua atuação na Educação Física faz-se necessário compreender quem é este profissional que administra as aulas. Aqui cabe destacar que o mesmo é formado emPedagogia, do sexo masculino e o mesmo possui um tempo significativo de experiência no magistério.

Quando questionados se a educação física é importante para o processo de ensino aprendizagem, obteve-se a seguinte resposta:

P1	<i>Sim, pois possibilita o aluno interagir ludicamente</i>
-----------	---

Evidencia-se por meio da fala do professor que a Educação Física escolar é de fundamental importância para o desenvolvimento global e aprendizagem do sujeito o qual aprende vários saberes de maneira lúdica.

Vale destacar o que diz Brasil (2001), a Educação Física se trabalhada de maneira adequada conduz o aluno a descobrir razões e sentidos nos exercícios corporais, favorecendo assim o desenvolvimento de condutas positivas.

Sobre qual a influência da educação física na formação do aluno, ele respondeu:

P1	<i>Toda uma influencia psíquica motora e social</i>
-----------	--

Percebe-se na fala do professor envolvido na pesquisa que o mesmo embora não tenha formação específica na área de Educação Física demonstra um entendimento bastante amplo quanto a influencia dessa área de conhecimento na formação do aluno.

Quando se perguntou se a Disciplina de Educação Física é um componente curricular obrigatório, respondeu:

P1	<i>Sim</i>
-----------	-------------------

Constata-se que o professor tem a plena convicção de que a área de conhecimento de Educação Física é um componente curricular obrigatório. É

importante salientar que, além de a disciplina de Educação Física ser um componente curricular obrigatório conforme afirma a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, é também necessária a forma go sujeito em sua totalidade.

Ao ser questionado sobre qual o papel específico da educação física no contexto escolar, disse:

P1	Papel motor; higiênico e preventivo
----	--

Comprova-se através de suas respostas que o professor compreende realmente a função específica da educação física escolar. O professor de fato reconhece que a educação física além de exercitar o corpo, trabalha ainda em prol de uma vida saudável.

Em relação qual o papel do professor de educação física no contexto escolar, respondeu:

P1	Possibilitar a vivência dos alunos a toda a carga motora e a LDB propicia
----	--

Percebe-se que, o professor entrevistado tem um entendimento bem compreensível sobre o papel do professor de Educação Física e ainda se fundamenta em documentos legais, o que comprova que, embora não sendo um profissional qualificado na área, ele entende.

Quando questionado sobre quais metodologias ele utiliza com frequências em suas aulas de educação física

P1	Ludicidade e socialização
----	----------------------------------

Evidencia-se que, considerando suas colocações, ele realmente entende a necessidade de trabalhar atividades lúdicas e sociáveis com seus alunos o que é de suma importância para que de fato o aluno se sinta motivado a aprender.

Quando interrogado se ele recebe formação continuada voltada para a educação física, disse:

P1	Não
----	------------

De acordo com a fala do professor, a gestão não oferece Formação Continuada para os Professores, isso é lamentável, considerando que, compreende-se que no panorama atual, na procura de melhores profissionais que atendam as demandas da sociedade, o professor necessita estar sempre pesquisando, se preparando, pois, mais do que nunca a profissão de professor precisa estar compromissada com um ensino de qualidade, uma vez que, na sociedade que se vive, num período de mudanças constantes, ele precisa adotar um perfil inovador, para tanto, a formação continuada é necessária.

De acordo com Perrenoud (2005, p. 41),

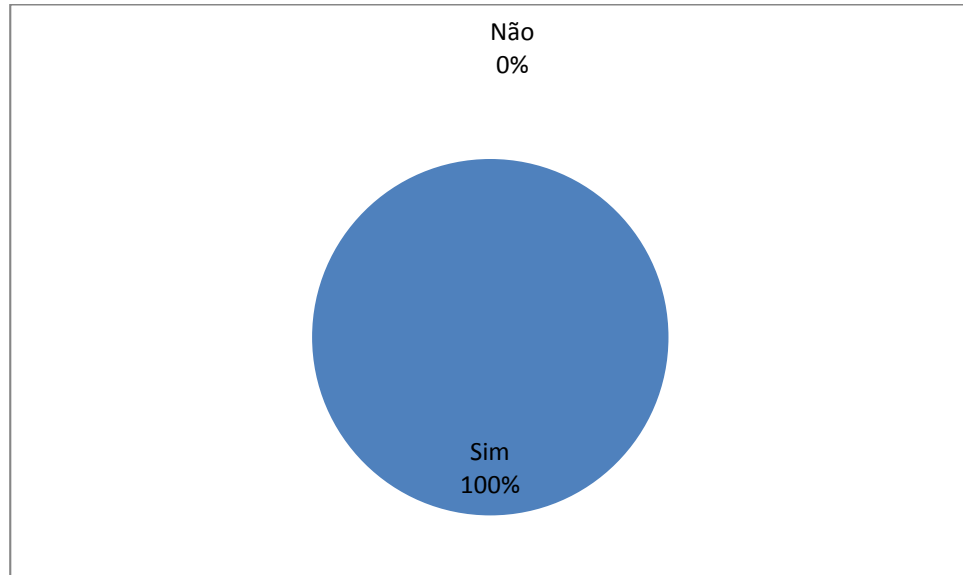
A formação de professores só pode enraizar-se em uma ré-: flexão coletiva em um debate exaustivo sobre a cidadania, associados a uma análise regular das situações educacionais, das práticas e dos ofícios em jogo, das culturas e dos funcionamentos institucionais, do peso das expectativas, dos valores e das estratégias das famílias. Se houver uma verdadeira evolução, ela passará por uma tomada de consciência por parte dos professores de sua parcela de responsabilidade e por uma tomada de poder na instituição, que teria como projeto a aprendizagem da cidadania pela cidadania escolar.

Compreende-se que a formação de educadores só pode ser satisfatória se for pensada a partir de uma discussão acerca da cidadania, de ações e do exercício em jogo, das competências e dos andamentos dos estabelecimentos de ensino, da carga das perspectivas, dos princípios e das metodologias no âmbito familiar. Se tiver um verdadeiro avanço, ela certamente contribuirá para com os docentes, no que se refere ao seu compromisso e pela conquista de capacidades institucionais, que apresentaria como plano o aprendizado dos cidadãos pelos seus direitos e deveres na instituição escolar. Assim, discutir-se-á seguir o que pensam os alunos acerca da Disciplina de Educação Física.

8.5.2 O que o pensam os alunos com a Educação Física no contexto escolar:

Antes mesmo de analisar-se o que pensam os alunos sobre a Educação Física no espaço escolar faz-se necessário ressaltar que os mesmos serão identificados por letras e números e, foram entrevistados 6 alunos.

Quando indagados se gostam das aulas de Educação Física, responderam:



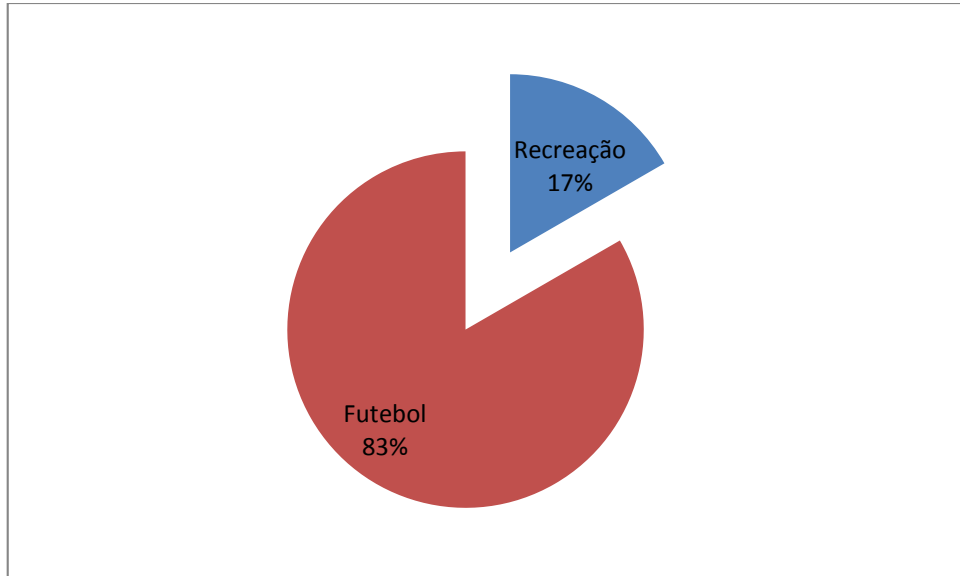
Evidencia-se que de maneira unânime os alunos responderam que gostam sim das aulas de Educação Física.

Quando perguntados se o professor de Educação Física orienta os alunos, disseram:



Percebe-se que o professor tem a preocupação de orientar seus alunos no que diz respeito aos exercícios físicos.

Sobre quais as atividades que mais agradam os alunos nas aulas de educação física, disseram:



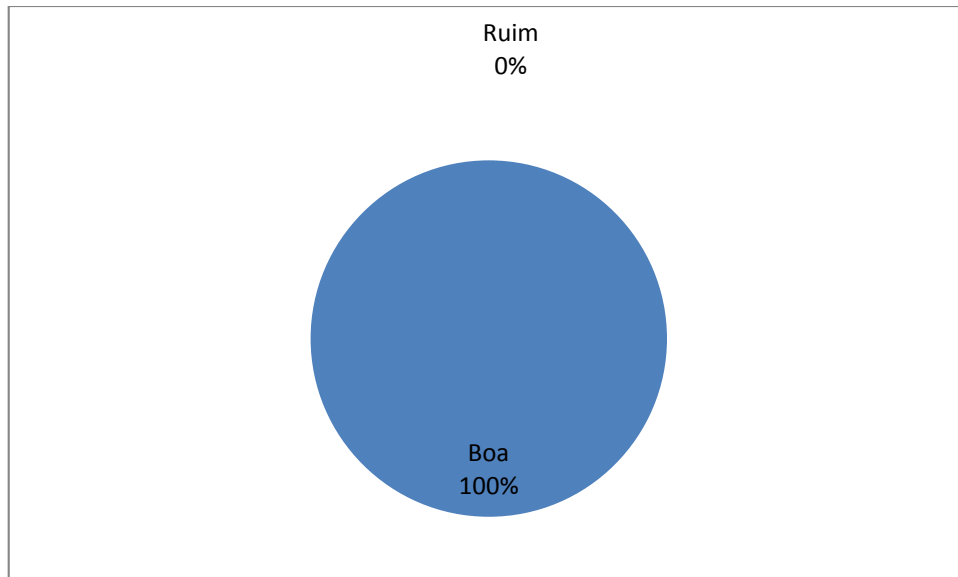
Analisando as falas dos alunos se percebe que o futebol é uma atividade física preferenciada pelos alunos.

Sobre onde realizam as atividades da disciplina de Educação Física, responderam:

A1	Quadra de esporte do município
A2	Na quadra, na escola não tem
A3	Na quadra
A4	Na quadra do município
A5	Na quadra
A6	Na quadra

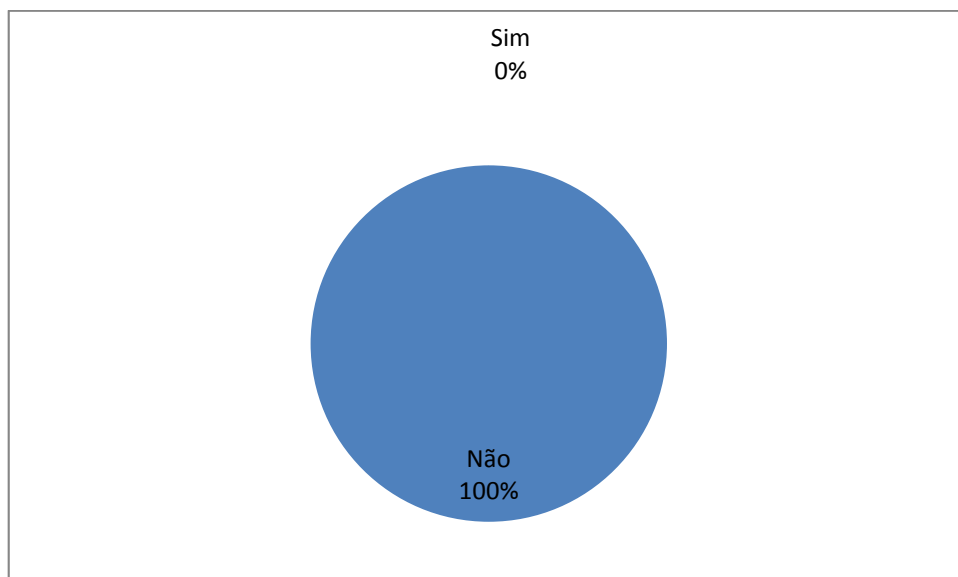
Observa-se segundo as respostas dos alunos que para que os mesmos possam desenvolver suas atividades físicas precisam recorrer a quadra do município uma vez a escola não possui quadra esportiva. Vale aqui destacar que diante das observações feitas na escola campo constatou-se que a escola realmente não dispõe de quadra e nem tão pouco de uma área para que os alunos possam desenvolver suas atividades físicas.

Quando perguntados se a metodologia utilizada pelo professor é agradável, disseram:



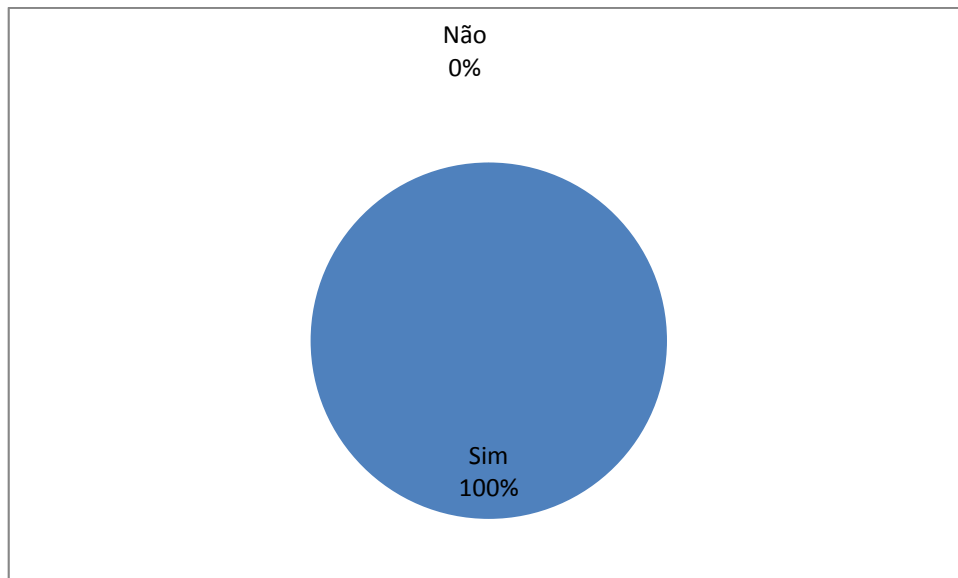
Evidencia-se que os alunos gostam da forma como o professor realiza os exercícios físicos e isso comprova ainda através das falas dos alunos que o professor é comprometido com o que faz uma vez que todos os alunos entrevistados se sentiram à vontade em afirmarem a resposta dada.

Quando questionados se a escola na qual estudam dispõe de materiais diversificados para o desenvolvimento das atividades, responderam:



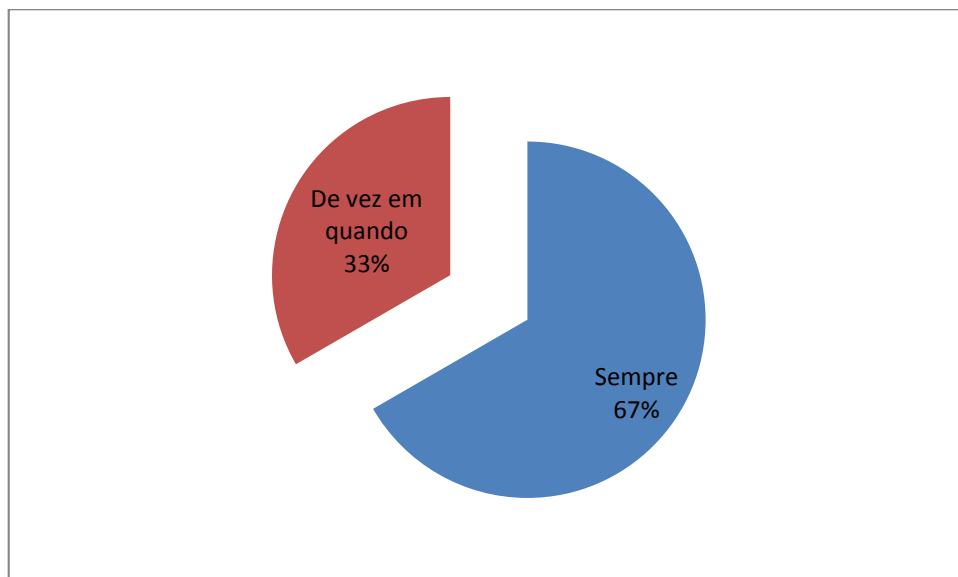
Observa-se que todos os alunos entrevistados responderam que a escola não dispõe de materiais necessários para a realização de uma aula mais eficiente e essa carência de certa forma prejudica um trabalho pedagógico mais positivo satisfatório.

Quando questionados se a disciplina de educação física é importante, disseram:



Constata-se através das respostas dadas pelos alunos que a Disciplina de Educação Física realmente agrada os mesmos.

Sobre o nível de participação nas aulas de educação Física, responderam:



Percebe-se através da confirmação das respostas dadas pelos alunos que a maioria participa ativamente das aulas de Educação Física e isso é bastante louvável considerando que os alunos tem total autonomia em participar ou não das aulas de educação física uma vez que embora sendo uma disciplina obrigatória os alunos tem direito de decidir se assistem ou não.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo Investigar se a presença da disciplina de Educação Física do sexto (6º) ano do Ensino Fundamental é relevante para o processo de ensino e aprendizagem, considerando que para alcançar à melhoria na qualidade do ensino a integração de um profissional da área de educação física é imprescindível, pois a o profissional habilitado estimula a sua ação pedagógica, e conseqüentemente, contribui para a formação de seus alunos e com a procura de novos saberes, rompe modelos de ideias predeterminadas num aprendizado, que atualmente não mais se calha a realidade atual.

Acredita-se que o profissional qualificado, além do suporte para estabelecer saberes que os conduzam a modificar a sociedade como sujeitos críticos, estimula sem dúvida o aluno á vontade de aprender, além é claro de possibilitar a ele uma vida mais saudável.

Acredita-se que a instituição escolar, enquanto espaço educativo, precisa oferecer a chance de os alunos desenvolverem sua motricidade por meio da disciplina de educação física, considerando que a mesma é fundamental e determinante na ação de desenvolvimento global dos alunos.

Acredita-se ainda que, o profissional de educação física precisa ser valorizado, respeitado, bem como todos os outros profissionais e que a Educação Física seja notada de maneira diferenciada dentro do contexto escolar.

Por fim, entende-se a pesquisa não se encerra aqui, e tampouco a questão foi estudada em sua plenitude, uma vez que os objetos de pesquisa podem ser revistos e se estender a novas pesquisas. Porém, diante do esforço dedicado, espera-se que este trabalho possa servir de base e de incentivo para uma reflexão crítica dos agentes educacionais da referida instituição, acerca da qualificação profissional e ainda a disponibilidade de espaço físico e materiais didáticos entre, o que é extremamente necessário ao processo educativo.

REFERÊNCIAS

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. **Educação física escolar: uma proposta de diretrizes** 3ªed. São Paulo: Scipione, 1992.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. **Educação Física Escolar: Uma Proposta de Diretrizes Pedagógicas**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. Ano 1, Nº 1,2002.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 2001.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares da Educação Básica I. Educação Física**. Paraná, SEED/PR, 2008.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União. Brasília, 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a **diretrizes de Bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, Nº 248, de 23 de dezembro, 1996.

BREGOLATO, Roseli Aparecida. **Cultura corporal do esporte**. 2ª ed. São Paulo. Ícone, Cedes, ano XIX, nº 48, agos. /99.ed. São Paulo: Autores Associados, 2005. Constituição

DCE - Diretrizes Curriculares da Educação Básica I. **Educação Física**. Paraná, **de Educação Física**, São Paulo, v. 16, n.1, p. 61-75, 2002.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não formal**. Disponível em:www.virtual.ufc.br/.../Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf

GADOTTI, Moacir. Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GALLARDO, Jorge Sergio Pérez; OLIVEIRA, Amauri A. Bássoli de; ARAVENA, César Jaime Oliva, **Didática de Educação Física: a criança em movimento: jogo, prazer e transformação**, São Paulo: FTD, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JARDIM, Wagner Rogério de Sousa. **Dificuldades de aprendizagem no ensino Fundamental**, São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia, **Educação Física Infantil: construindo o movimento na escola**, São Paulo: Phorte, 6ª Ed. 2006.

OLIVEIRA , na percepção de competência de crianças com atrasos motores.**Revista Paulista** 2005.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. São Paulo: Autores Associados, 2009.

SILVA, Elizabeth Nascimento. **Educação Física na Escola**. 2 ed., Rio de Janeiro: Sprint, 2011.

SOUZA, HERBERT DE RODRIGUES. **CARTA, ÉTICA E CIDADANIA**. SÃO PAULO, MODERNA, 2001.

STIGGER, Marco Paulo; LOVISOLO, Hugo. **Esporte de rendimento e esporte na escola**.

VALENTINI, N. C. **A influência de uma intervenção motora no desempenho motor e na percepção de competência de crianças com atrasos motores**.,São Paulo, v. 16, n.1, p. 61-75, 2002.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WEISS, Alba Maria Lemme, CRUZ, Maria Lúcia R. **A Informática e os Problemas Escolares de Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999.